

Sobre o sistema de espaços livres da cidade de São Paulo

Fany Galender , Arquiteta da Prefeitura do Município de São Paulo, comissionada no Departamento de Projeto da FAUUSP, pesquisadora do Laboratório QUAPÁ

Resumo

O presente texto trata da constituição e dos problemas do sistema de espaços livres da cidade de São Paulo, bem como da caracterização, da atuação do Poder Público municipal e das diretrizes necessárias para o melhor estabelecimento do referido sistema, com vistas à realização da esfera pública.

Abstract

The article presents a critical view of the open spaces system implementation in São Paulo city, besides the role of the public government in the process. Guidelines are established in order to achieve and realize the public realm.

Palavras-chave

Sistema de espaços livres; São Paulo; esfera pública

Key-words

Open space system; São Paulo; public realm

Introdução

A cidade de São Paulo, centro da maior metrópole brasileira, tem seu sistema de espaços livres informalmente estabelecido sem diretrizes gerais por parte do Poder Público, oriundo da organização aleatória do tecido urbano, cujo sistema viário produziu suas estreitas calçadas na maioria dos bairros e alargamentos que se constituíram em praças e largos. Os primeiros parques surgem de ações pontuais e desconectadas, diferentemente do Rio de Janeiro, onde a continuidade e a magnitude do tratamento de seus espaços livres se devem à política de embelezamento da paisagem local, graças à vinda da família real no início do século XIX, tendo sido a cidade sede do Reino e posteriormente capital da República. Na capital paulistana são algumas grandes áreas públicas desocupadas que, por iniciativa do Poder Público municipal ou estadual, tornam-se parques como o Parque da Luz e, posteriormente, o Ibirapuera. Ou ainda, graças à aquisição de glebas de proprietários particulares, serão constituídos parques como o Piqueri, Carmo ou Anhanguera. Em síntese, a criação dos parques do município se deu das mais diversas formas, acompanhando o processo de crescimento da São Paulo.

Após a implementação da lei federal 6766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo, é gerado um estoque de terras destinadas à implantação do sistema de áreas verdes, áreas institucionais e sistema viário que tentará fornecer às cidades brasileiras uma revisão de suas formas de ocupação e distribuição dos espaços livres. No caso de São Paulo, a ação empresas privadas como a Companhia. City nas primeiras décadas do século XX já havia levado à adoção dos critérios formais da cidade-jardim inglesa para a implantação de loteamentos e se tornara referência para os bairros de alto padrão da cidade. Aos recuos tratados paisagisticamente e à arborização viária, introduzidos em loteamentos anteriores como nos bairros de Campos Elíseos e Higienópolis, somam-se o traçado sinuoso de suas ruas, a implantação de vias adequadas ao relevo, ou mesmo pequenas praças – são diretrizes que se destacam nestes empreendimentos e nos que seguiram posteriormente.

No entanto, boa parte da capital paulistana foi estruturada antes da lei de parcelamento do solo e, mesmo após a sua decretação, muitos loteamentos se expandem de forma irregular, não levando à efetiva consolidação dos espaços livres previstos. Mesmo loteamentos regularmente constituídos tiveram ao longo dos anos suas áreas livres públicas apropriadas para outros fins por particulares e mesmo pelo Poder Público.

A legislação de caráter ambiental ganha força com a Constituição de 1988 e com a fiscalização mais rigorosa por parte dos órgãos públicos das três esferas e a vigilância da sociedade, mais consciente das necessidades de preservação e conservação de seus recursos naturais. Esta nova postura influirá diretamente na ação da municipalidade e do governo em São Paulo, através da criação de novos programas de saneamento de rios e córregos, de habitação com remoção de populações de áreas de risco e reurbanização de áreas habitacionais junto aos mananciais de abastecimento de água da cidade e entorno. São projetados e implantados parques lineares e também parques convencionais, oriundos de áreas com vegetação significativa pré-existente. No entanto, a oportunidade de aproveitamento de espaços livres em áreas consolidadas e a requalificação de áreas anteriormente previstas para praças não foram objetos de programas e ações contínuas, tanto no que tange à sua remodelação ou à sua manutenção permanente.

Nas áreas periféricas do município, onde a regularização fundiária costuma ser precária, muitas vezes os espaços destinados ao sistema de espaços livres foram igualmente ocupados por habitações, equipamentos sociais (escolas, creches, postos

de saúde). Boa parte deles foi destinada originalmente para tal fim por apresentarem acessibilidade precária ou topografia e configuração inadequadas para implantação de unidades habitacionais, o que leva também a dificuldades para apropriação como praças ou parques. A distribuição dos espaços livres no tecido urbano não é usualmente objeto de análise, o que acarreta em prejuízo na organização de um sistema adequado do ponto de vista funcional e ambiental.

Portanto, podemos afirmar que São Paulo apresenta um desequilíbrio na distribuição de seus espaços livres, possuindo praças urbanizadas em sua área mais central e, à medida que nos dirigimos aos bairros mais distantes, sua presença cede lugar aos pequenos campos de futebol improvisados, ruas com calçadas estreitas e sem arborização, além de ocupação habitacional de áreas lindeiras a córregos e de topografia íngreme. Alguns parques foram criados especialmente na década de 1970 em locais mais distantes do centro, porém com acessibilidade restrita, projetos parcialmente adequados às demandas e em função da possibilidade imediata de aquisição de seu terreno, sem um critério sistêmico mais consistente.

Qualquer intervenção neste campo deverá abarcar resoluções adaptativas dos problemas, combinada, por vezes, com alterações radicais do tecido urbano, não como uma postura idealista típica da corrente modernista de pensamento, mas resultante da inexistência de espaços para este fim. Até porque a multiplicidade de situações urbanísticas e de aspirações que a cidade apresenta não embute uma única resposta. O enfoque da totalidade se contrapõe à livre formação de afinidades identitárias e o respeito às diferenças que compõem a vida na metrópole. O desafio dos planejadores contemporâneos está no atendimento das demandas coletivas que se expressam através dos indivíduos e pequenos grupos (e não “o povo”) em uma sociedade onde a interpenetração de diferentes segmentos (sociedade, estado, indivíduo) é extremamente acentuada.

Problemas do sistema de espaços livres da cidade de São Paulo

Os principais problemas que observamos na Política de Planejamento, Projeto, Implantação e Gestão dos Espaços Livres no município são:

1. Desarticulação e sobreposição de funções entre secretarias e órgãos públicos das três esferas (municipal, estadual e federal), levando a conflitos de competências e expondo a multiplicidade de agentes produtores e gestores atuando simultaneamente sobre os Espaços Livres Públicos;

2. Indefinição de critérios de distribuição de praças, parques e outras tipologias espaciais, de acordo com as características de cada tecido urbano específico e da cidade como um todo. As propostas de ação sobre os espaços públicos se dão mais por aproveitamento de oportunidades do que um plano de fato que as oriente; as áreas centrais e mais ricas do município apresentam, quase sempre, espaços livres de melhor qualidade espacial e manutenção;
3. Falta de manutenção de espaços públicos ou manutenção precária, devido à carência crônica de recursos materiais (viaturas, combustíveis, ferramentas de trabalho) e de mão-de-obra especializada. A ausência de uma rotina que seja cumprida independentemente das mudanças políticas e administrativas é uma constante na cidade;
4. Dificuldade de ação por falta de cadastro de delimitação de áreas públicas. Muitas áreas públicas foram apropriadas por terceiros, e mesmo indevidamente pela municipalidade, estando perdidas para a apropriação pública;
5. Dificuldade de implementação de uma política de gestão ambiental coerente em face da velocidade da densidade de ocupação urbana. O Zoneamento Ambiental do Município não foi adotado como base para a elaboração de planos de ação, especialmente o Plano Diretor Estratégico;
6. Ausência de um Plano de Arborização urbana consistente. A ação nesta área é pautada por iniciativas que ressaltam o número de mudas plantadas e não sua distribuição e contribuição ao incremento das qualidades ambientais e paisagísticas do lugar. O plantio aleatório de árvores, pouco criterioso e difuso, em função do cumprimento de taxas de compensação ambiental é evidente em pontos isolados da cidade, em áreas que muitas vezes já não suportam este plantio, em detrimento de outras que continuam desprovidas do elemento arbóreo;
7. Inexistência de tratamento paisagístico em espaços públicos e/ou projetos inadequados à demanda da população local. A reduzida capacitação do corpo técnico dos órgãos responsáveis pela elaboração de projeto e a ausência de um programa de reciclagem técnica permanente prejudica a elaboração e implantação de espaços de boa qualidade;
8. Falta de recursos públicos para ações como desapropriações, aquisições, manutenção. A criação de um banco público de terras para o aumento da provisão de terras públicas pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente, constituído por áreas ambientalmente frágeis – especialmente mananciais e áreas de nascentes - conjugadas a baixo valor de mercado da terra, tem sido uma estratégia para

contornar este problema crônico da falta de áreas para aumento do estoque de terras para o sistema de espaços livres públicos;

9. Gestão desigual entre novos e antigos equipamentos. Cada nova gestão se volta para suas novas obras, em uma tentativa sistemática de obscurecer os eventos anteriores, levando, muitas vezes, ao seu comprometimento irreversível, demandando grandes verbas para a sua recuperação.

Por outro lado, observamos nos últimos anos que a Prefeitura do Município de São Paulo tem se voltado para o atendimento das crescentes demandas da população no que se refere à criação de novas opções de recreação e lazer em áreas públicas e para o aprofundamento das questões relativas à apropriação do sítio urbano como forma de melhoria das condições ambientais da cidade em sua totalidade.

Os novos projetos incorporam ações que procuram mitigar a formação de ilhas de calor, combate à poluição do ar e dos corpos d'água, coleta e destinação final do lixo, aumento da área permeável e da cobertura vegetal, entre outras ações que vão sendo paulatinamente incorporadas na atuação das diferentes secretarias e órgãos da administração.

Destacam-se as seguintes posturas que têm ganhado força nas administrações públicas nesta última década:

1. Incremento das parcerias público-privadas de porte significativo e de caráter duradouro para o provimento de projetos e obras de espaços livres;
2. Consolidação de uma política mais abrangente para a alocação das verbas provenientes dos TCAs (Termo de Compromisso Ambiental), contemplando toda a gama de tipologias espaciais (parques, praças, arborização viária, etc.)
3. Investimento de recursos para a política de implantação de novos parques, pretendendo atingir a meta de 100 parques (entre lineares, naturais e convencionais) até 2012.

. Caracterização do sistema de espaços livres de São Paulo

Como diagnóstico da atual situação do Sistema de Espaços Livres Públicos do município, observamos a seguinte situação:

1. Calçadas estreitas em parte significativa da cidade, com manutenção precária, sem referência de padrões e projeto. Apesar das recomendações da Cartilha Calçada Livre, ainda é incipiente a melhoria de suas condições na macro-escala urbana;

2. Arborização viária praticamente inexistente na maior parte da malha urbana (exceto em bairros de maior renda, como os Jardins Europa e América, Higienópolis, Alto de Pinheiros, Alto da Lapa e alguns outros), devido à existência de calçadas sem dimensões suficientes para abrigar o plantio de espécies de médio e grande porte, ausência de um plano de arborização consistente, presença de posteamento e fiação aérea;
3. Projetos viários inadequados à paisagem urbana e desarticulados entre si, sem uma visão sistêmica subjacente do ponto de vista funcional, ambiental e estético;
4. Rede hídrica abundante e diversificada, porém com ocupação comercial, industrial e, sobretudo habitacional, irregular nas várzeas dos rios e represas; comprometimento da qualidade da água por esgoto;
5. Projetos públicos de grande envergadura desarticulados, com potencial de porte (por exemplo, o caso do Parque Ecológico do Tietê);
6. Ausência de uma rede de ciclovias hierarquizada, como opção de transporte e para a prática esportiva e de recreação;
7. Ausência de uma política sistemática de requalificação e manutenção eficiente dos espaços livres públicos em geral e das praças existentes, em especial, estando muitas delas ainda, sem urbanização consolidada.

Quanto aos espaços livres privados, os trabalhos cartográficos realizados pelo núcleo QUAPÁ-SEL São Paulo demonstram o significativo adensamento construído dos lotes urbanos em diferentes regiões da cidade, independentemente de faixa de renda. Apesar da legislação vigente pertinente ao uso e ocupação do solo, os recuos são ocupados principalmente em edificações com menor número de pavimentos. Em outras situações, os índices construtivos são suplantados. O aumento da área construída ocorre tanto por uma diversificação do programa das edificações, como por uma otimização dos lotes decorrente do alto valor da terra.

Diretrizes para o estabelecimento de um sistema de espaços livres para São Paulo

A importância do estudo do sistema de espaços livres urbanos advém de seu caráter constituinte da forma da paisagem urbana; é a razão da existência da cidade, dando-lhe sua característica única: uma cidade nunca se iguala à outra, por mais semelhantes que sejam suas condições naturais, ambientais, históricas, sociais e arquitetônicas. O espaço livre é, ainda, um dos principais palcos de realização da

esfera de vida pública, ao abrigar as manifestações e os conflitos da sociedade, satisfazendo a necessidade humana básica de encontro e convívio além da escala privada, familiar.

Os espaços livres privados, resultantes de uma postura higienista voltada à obtenção de ambientes salubres, devem ter sua contribuição criteriosamente analisada, uma vez que tendem a existir, sobretudo, nos projetos destinados às camadas sociais mais abastadas. Sua relação de complementaridade e/ou dependência pode variar de acordo com condições específicas até mesmo entre diferentes bairros e regiões da cidade e ao longo do tempo.

Um sistema de espaços livres adequado deve conter uma gama de espaços livres públicos e privados articulados e qualificados para o atendimento das demandas de circulação e acesso de pedestres; circulação, acesso e parada de veículos; áreas de estar, convívio e recreação; áreas de trabalho e áreas de preservação e conservação. Deve ainda fornecer ao ecossistema urbano respostas compatíveis à evolução da intervenção humana sobre o suporte físico original, por intermédio de formas que expressem sua cultura e contemporaneidade.

Como fatores a serem considerados para análise e proposição de um sistema de espaços livres urbanos, destacamos os seguintes itens:

- Densidade demográfica, características etárias e econômicas da população;
- Organização e constituição do tecido urbano: usos e ocupação, verticalização, ocupação intensiva do solo, condomínios e a segregação espacial e funcional;
- Sistema viário: hierarquias; transporte coletivo e individual: acesso e eficiência; mobilidade individual e familiar;
- A possibilidade de implantação de diferentes tipologias dos espaços livres: parques (convencionais e lineares), praças, *pocket parks*, calçadas (em áreas centrais comerciais, de orla), etc.;
- Características do espaço livre privado: formas de uso e apropriação;
- Complexidade do cotidiano: hábitos de consumo e lazer; disponibilidade de tempo; relações de interface e complementaridade entre espaços livres públicos e espaços livres privados;
- Diversidade cultural e as possibilidades de convivência de diferentes identidades; acordos sociais pré-existentes na apropriação dos espaços. Deverá ser levada em conta a transitoriedade e a sazonalidade das formas de apropriação das diferentes tipologias;

- Características do suporte físico: clima local / regional; solo; presença de corpos d'água (lagoas, orlas, represas, rios, córregos); macro e micro drenagens; cobertura vegetal (matas e bosques de porte); dinâmicas ecológicas pré-existentes; integridade das condições ambientais (canalizações, ocupação de encostas, etc.);
- Infra-estrutura urbana: saneamento básico, iluminação pública, drenagem, graus de permeabilidade do solo, poluição dos corpos d'água, ar e solo;
- Estrutura político-administrativa no provimento e gestão dos espaços livres;
- Legislação local referente às formas de parcelamento, uso e ocupação do solo e destinação e distribuição dos espaços livres públicos e privados;
- Estoque de áreas livres públicas; ocupação de várzeas e programas habitacionais em consonância com a definição de espaços livres públicos;
- Investimentos públicos futuros;
- Dinâmica do mercado imobiliário; parcerias público-privadas.

Estes itens se constituem em atributos, sem uma ordem hierárquica de prioridade, e a individualidade de seu arranjo em função das particularidades de cada situação é que permitirá a obtenção de bases sólidas para a criação de diretrizes específicas para um dado sistema de espaços livres.

Em função dos resultados da oficina QUAPÁ-SEL realizada para a cidade de São Paulo em 2009 e das discussões feitas ao longo destes anos em ciclos de palestras, colóquios e seminários que a pesquisa “Os Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea no Brasil” vem promovendo, elaboramos um quadro preliminar de diretrizes para o município que objetivam:

1. Revisar e aprimorar as intenções e proposições do Plano Diretor Estratégico (PDE) nos itens que abordam as questões relativas ao sistema de espaços livres do município, ampliando seu escopo além da abordagem restrita às áreas verdes, redefinindo seus fundamentos e mecanismos de atuação. Analisar e complementar os Planos Regionais. Compatibilizar o PDE com o Zoneamento Ambiental do Município;
2. Propor um “continuum” de tipologias do espaço livre (parques, praças, ciclovias, mirantes, calçadas, calçadões, etc.) que promovam o desenvolvimento de atividades voltadas às praticas esportivas, de circulação e recreação, ampliando simultaneamente a possibilidade de estabelecimento / incremento de um fluxo gênico efetivo, por meio de conexões ambientais sólidas;

3. Garantir a integridade das Áreas de Conservação e Preservação, definindo planos de ocupação e manejo;
4. Preservar das áreas de nascentes e várzeas ainda íntegras, abrigando as mesmas em diferentes tipologias espaciais do Sistema de Espaços Livres da cidade; Implantar um subsistema que defina a ocupação lindeira aos pequenos corpos d'água;
5. Incrementar a implantação de áreas de recreação, lazer e esportes, absorvendo as unidades existentes e criando novas, de distintas tipologias;
6. Integrar os equipamentos institucionais à implantação e gestão dos espaços livres, envolvendo secretarias de Esportes, Educação, Cultura, entre outras;
7. Utilizar a arborização urbana como elemento de conexão ambiental, funcional e/ou cênica;
8. Implantar parques e praças associados às bacias de retenção/contenção de águas pluviais e outros mecanismos que contribuam para a drenagem geral do município, como jardins de chuva, biovaletas, canteiros pluviais, etc.;
9. Criar bosques públicos nas áreas de cobertura vegetal expressiva e de corredores articuladores das estruturas maiores;
10. Associar os programas viários ao Sistema de Espaços Livres, participando na definição das intervenções desde a fase de projeto;
11. Integrar a malha viária existente aos espaços livres, criando ciclovias, vias-parque, calçadões, praças;
12. Requalificar os espaços livres públicos existentes. Incentivo às parcerias público-privadas para a constituição, manutenção e gestão dos espaços livres, sobretudo em áreas da periferia do município;
13. Estabelecer a arborização urbana como elemento de conexão visual urbana e como ferramenta para a criação de micro climas;
14. Incentivar o uso dos mecanismos previstos no Estatuto da Cidade como o zoneamento ambiental. Nas operações urbanas incentivar a destinação de recursos para ações voltadas ao incremento da qualificação dos espaços livres na própria área.
15. Analisar e propor revisões na legislação vigente de parcelamento do solo do município, no que se refere à distribuição e dimensão dos espaços livres para novos empreendimentos. Nas áreas consolidadas e/ou sujeitas à verticalização, rever a legislação de modo a garantir algum ganho para o sistema existente (recuos, tratamento paisagístico, articulação com o entorno existente, etc.);

16. Incentivo a criação de RPPNs (Reserva Particular do Patrimônio Natural), visando o incremento da diversidade biológica na área de influência daquela área;
17. Criar instâncias de discussão entre os diferentes agentes públicos e privados que atuam sobre o sistema de espaços livres, para evitar a sobreposição de funções, desencontro de iniciativas e programas, além da desinformação acerca das intervenções em andamento e em projeto;
18. Incentivar e criar programas de reciclagem permanente dos técnicos de todas as secretarias e órgãos públicos ligados às ações previstas para a organização e intervenção sobre o espaço público.
19. Aplicar programas de avaliação pós-ocupação permanente nos parques, praças e demais tipologias para manter a avaliação constante do desempenho destes espaços em face das expectativas da população usuária, entendendo as eventuais mudanças de comportamento, novas formas de apropriação, etc.
20. Implantar o Sistema Municipal de Unidades de Conservação (SMUP), garantindo a consolidação e uso adequado das áreas incluídas e um plano de manejo para as mesmas;
21. Padronizar e organizar a distribuição do mobiliário urbano (bancas de jornal, telefones, lixeira, bancos, pontos de ônibus), através da integração entre os diversos agentes que atuam sobre o espaço livre público.

Considerações finais

Apesar da constituição pontual dos elementos que compõem o sistema de espaços livres da cidade de São Paulo, sobretudo dos parques, várias medidas, das simples às complexas, ainda são possíveis para qualificá-lo tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, ou seja, medidas que viabilizem a devida apropriação e realização da esfera pública.

Bibliografia consultada

- AKAMINE, R. (2009) **Fieldwork to inform projects for urban open spaces; Application of research methods, originally done in Osaka, Japan, for the Parque Ibirapuera in São Paulo, Brazil.** in 6th Annual Architectural Humanities Research Association: Fieldwork; International Conference, Edinburgh.
- ARANTES, A. Augusto (org.) **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000.
- ARENDT, Hannah (1958). **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

- BARTALINI, Vladimir. **Parques públicos municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de Áreas Verdes de Recreação**. São Paulo, tese de doutorado, FAUUSP, 1999.
- BARTALINI, Vladimir; LIMA, Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos. **Sistema de espaços livres e áreas verdes**. São Paulo, FAUUSP, 2007. (Texto de pesquisa).
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAVALHEIRO; FELISBERTO; NUCCI, J. C. **Espaços livres e qualidade de vida**. São Paulo: FAUUSP, 1977.
- CERTEAU, Michel. **Artes de fazer: a invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COELHO, Leonardo Loyolla. **Compensação ambiental: Uma alternativa para a viabilização de espaços livres para convívio e lazer na cidade de São Paulo**. Dissertação de mestrado. FAUUSP, 2008.
- DRAMSTAD, W.E., J.D. Olson & FORMAN, R.T.T. **Landscape ecology: principles in landscape architecture & land-use planning**. Island Press: Washington, D.C. 1996.
- DUPAS, Gilberto. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- FABOS, J.G. & AHERN, John editors. **Greenways: the beginning of an international movement**. Elsevier: New York. 1996.
- FORMAN, R.T.T., & GODRON, M. **Landscape ecology**. Wiley: New York. 1986
- FRANCE, Robert. **Wetland design: principles and practices for landscape architects and landuse planners**. W. W. Norton. New York. 2003.
- GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. **The theory of communicative action**. Boston: Beacon Press, 1989. 2v. Vol. 2. Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992
- JELLICOE, Geoffrey and Susan. **The landscape of man**. London: Thames and Hudson Ltd, 1996.
- KAYDEN, J.S. **Privately owned public space: The New York City experience**. New York: John Wiley & sons. 2000.
- KLIASS, Rosa Grena. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Editora PINI, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos Ltda, 1979.
- LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. **As tramas da segregação: privatização do espaço público**. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1998.
- LIMA, Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos. **A natureza na cidade, a natureza da cidade**. São Paulo, Tese de doutorado, FAUUSP, 1996.
- LYLE, John T. **Design for human ecosystems**. New York: Van Nostrand, 1985.
- LYNCH, K. **Good city form**. MIT Press, Cambridge, Mass. 1989.
- MACEDO, Silvio Macedo & SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, Imesp. 2002.
- MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: 1999
- MAGNOLI, Miranda M. E. M. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo. 1982.
- MAGNOLI, Miranda M. O parque no desenho urbano. **Paisagem e ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 22, p. 201-203, 2006.
- MARSH, W .M. **Landscape planning: environmental applications**. Wiley: New York. 1998.

- MARCUS, C. C., Francis, C. **People places: design guidelines for urban open space.** New York: John Wiley & sons, 1998.
- McHARGH, I.L. **Design with nature.** Wiley: New York. 1992.
- MENNEH, Marcia Halluli. **O sistema de espaços livres públicos da cidade São Paulo.** Tese de doutorado. FAUUSP. São Paulo. 2002
- MORAES, Antônio Carlos R. **Meio ambiente e ciências humanas.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- MORIN, Edgar. **O Método 1: a natureza da natureza.** Porto Alegre: Sulina, 2005.
- PAINÉ, C. & TAYLOR, J. R. **Cultural landscape assessment: a comparison of current methods.** Landscape Research Group at Guelph: Guelph. 1995
- PELLEGRINO, P. R. M.; GUEDES, P.; PIRILLO, F.; FERNANDES, Sávio. A paisagem da borda: uma estratégia para condução das águas, da biodiversidade e das pessoas. In: COSTA, Lucia Maria Sá Antunes (org.). **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras.** Rio de Janeiro: Viana & Mosley: PROURB, 2006.
- QUEIROGA, Eugenio. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa.** Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2001.
- ROBBA, Fábio; MACEDO, Sílvio. **Praças brasileiras.** São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- SENNET, Richard (1974). **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007.
- SPIRN, Anne Whiston. **O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade.** São Paulo: EdUSP, 1995.
- THAYER Jr., R.L. **Gray world green heart: technology, nature, and the sustainable landscape.** Wiley: New York. 1994
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 1998.
- WEINGARTNER, Gutemberg. **A construção de um sistema: os espaços livres públicos de recreação e de conservação em Campo Grande.** Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008
- WHYTE, W. H. 1980. **The social life of small open spaces.** Washington D. C.: The Conservation Foundation, 1980.